RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO

CONTRATOS PÚBLICOS NA LEI DE INOVAÇÃO

Dissertação de Mestrado

Orientador Professor Doutor Vitor Rhein Schirato

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2020

RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO

CONTRATOS PÚBLICOS NA LEI DE INOVAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Dr. Vitor Rhein Schirato.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Pombo, Rodrigo Goulart de Freitas

Contratos Públicos na Lei de Inovação / Rodrigo Goulart de Freitas
Pombo ; orientador Vitor Rhein Schirato – São Paulo, 2020.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito
Administrativo) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Lei de Inovação 2. Contratos públicos. 3. Transferência de tecnologia.
4. Licenciamento 5. Encomenda tecnológica. I. Schirato, Vitor Rhein, orient.
II. Contratos públicos na Lei de Inovação.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas

Título: Contratos públicos na Lei de Inovação

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Professor(a) Doutor(a)

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Professor(a) Doutor(a)

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Professor(a) Doutor(a)

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

A ideia de estudar o tema da inovação surgiu em 2014. O contato com o tema me fez perceber o potencial dos contratos previstos na Lei de Inovação como mecanismos de desenvolvimento. Desde logo percebi que o tema não era objeto de tratamento correspondente à sua relevância, o que proporcionava uma oportunidade – e na mesma medida um grande desafio.

Anos depois, tive a imensa alegria de ser aceito no programa de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo pelo Professor Vitor Rhein Schirato, que forneceu orientação indispensável, sem a qual o presente trabalho não seria possível. A ele sou muito grato pela oportunidade, pela confiança e por todo o auxílio nessa empreitada.

Em todo o meu percurso profissional e acadêmico, pude felizmente contar com o auxílio e estímulo de diversos amigos e colegas, a quem não posso deixar de agradecer.

Sou muito grato a todos os amigos da Justen, Pereira, Oliveira e Talamini – Sociedade de Advogados, pela convivência pessoal e profissional. Nas pessoas de Marçal Justen Filho, principal referência de produção acadêmica e atuação profissional, e Fernão Justen de Oliveira, agradeço a todos os integrantes do escritório.

Um agradecimento especial à Karlin, pela ajuda fundamental em praticamente todas as etapas do projeto que resulta nessa dissertação. Ao Daniel, agradeço muito pela parceria que tornou esse processo menos difícil, desde a realização dos créditos até o depósito da dissertação.

Com o receio de esquecer injustamente de alguém, não posso deixar de agradecer também ao Nester, ao Paulo e ao Eduardo Nadvorny, pelo auxílio na busca por textos e outros materiais. Ao Ricardo Feijó, pelas inúmeras conversas sobre o tema, bem como pela revisão do texto na etapa final – pelo que agradeço também ao Guilherme Reisdorfer. À Mônica, à Mayara Tonin e à Isabella Vosgerau, a quem recorri em alguns momentos. Por fim, a todos os demais pela convivência diária no escritório – em especial ao Doshin, ao Marçal Neto e ao William.

Agradeço também aos demais professores, amigos e colegas que tive o grande prazer de conhecer cursando as disciplinas na Faculdade de Direito da USP. A convivência foi sempre muito proveitosa e prazerosa.

Aos meus pais, Isabela e Roberto, e irmãos, Bernardo, Bárbara, João e Pedro, agradeço por todo o apoio. Também aos meus sobrinhos Bruninha e Teo, que alegram a família. Um agradecimento especial à Binha e ao João Villaverde (e ao Teo!), que gentilmente me acolheram em São Paulo em diversas ocasiões, fazendo as minhas estadias sempre agradáveis.

Ao mesmo tempo em que me dedicava para ingressar no mestrado, conheci a Luana, que rapidamente se tornou essencial para mim. A ela agradeço por todo o apoio ao longo dos últimos anos, e especialmente pela compreensão nos momentos em que precisei me dedicar à dissertação. Fico contente em poder retribuir um pouco apoiando as suas conquistas profissionais. Essa etapa será sempre lembrada por essas nossas conquistas, mas principalmente pela consolidação da nossa família.

RESUMO

POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas. **Contratos públicos na Lei de Inovação, 2020**. 233 p. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este trabalho versa sobre contratos públicos em políticas públicas de inovação. A Lei de Inovação (Lei Federal 10.973/2004) estabelece medidas de promoção e fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando à autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do país. Esta lei previu os instrumentos reputados adequados para respaldar o relacionamento entre os diversos sujeitos vocacionados a atividades de inovação, entre os quais diversas modalidades de contratos públicos. O trabalho examina os ajustes relacionados à transferência de tecnologia, previstos no art. 6º da Lei de Inovação: o contrato de fornecimento de tecnologia e o contrato de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação. Analisa o acordo de parceria para atividades de pesquisa e desenvolvimento conjunto, disciplinado pelo art. 9º da Lei de Inovação. Examina o contrato de financiamento de atividades relacionadas à inovação, previsto como instrumento de inovação nas empresas no art. 19, §2º-A, inc. II, da Lei de Inovação. E trata, ainda, do contrato de encomenda tecnológica, previsto no art. 20 da referida Lei. Essas figuras são examinadas para o fim de compreender a sua função no âmbito de políticas de inovação, bem como os mecanismos específicos que podem ser utilizados para se alcançar as finalidades desejadas. Tem em vista ainda a evolução da disciplina legal e regulamentar, em razão das relevantes alterações produzidas recentemente.

Palavras-chave: Lei de Inovação. Contratos públicos. Transferência de tecnologia. Licenciamento. Financiamento. Encomenda tecnológica.

ABSTRACT

POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas. Contratos públicos na Lei de Inovação, 2020. 233 p. Thesis (Master's degree in Administrative Law). Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This thesis discusses the possibility of using public procurement in public innovation policies. The Innovation Law (Federal Law 10,973/2004) establishes measures to promote and foster innovation and scientific and technological research in the productive environment, aiming to country's technological autonomy and development. This Law provided for the appropriate deemed instruments to support the relationship between several subjects aimed to innovation activities, including public procurement's various types. The thesis examines the adjustments related to technology transfer, according to article 6 of Innovation Law: the technology supply agreement and the licensing agreement for rights granting of use or creation exploitation. Analyzes the partnership agreement for joint research and development activities, pursuant to article 9 of Innovation Law. Examines the innovation activities financing contract, provided as innovation in companies instrument in article 19, paragraph 2, section II, of Innovation Law. Also deals with "technological ordering" agreement, established in article 20 of that Law. These figures examination has the purpose of understanding their role in innovation policies, as well as the possibility of using the specific mechanisms to achieve the desired purposes. Also aims to the evolution of legal and regulatory discipline, due to relevant changes recently made.

Keywords: Innovation Law. Public procurement. Technology transfer. Licensing. Financing. Technological ordering.

ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EC – Emenda Constitucional

ETEC – encomenda tecnológica

FAR – *Federal Acquisition Regulation*

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ICT – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

I&D – Investigação e desenvolvimento

LI – Lei de Inovação

PCP – *Pre-Commercial Procurements*

PI – Propriedade Intelectual

PPI – *Public Procurement for Innovation*

P&D – Pesquisa e desenvolvimento

RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas

R&D – *Research and Development*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A DISCIPLINA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO NO BRASIL	23
1.1 O DIREITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	23
1.1.1 A articulação entre meios e fins	24
1.1.2 Os ganhos de análise pela perspectiva das políticas públicas	25
1.1.3 A intersecção de Direito e políticas públicas	26
1.2 ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO	28
1.2.1 A relevância da inovação e a combinação de atores	28
1.2.2 A noção de política pública de inovação	30
1.2.3 Alguns modelos de política pública de inovação	32
1.3 PANORAMA DA DISCIPLINA JURÍDICA DA INOVAÇÃO NO BRASIL	34
1.3.1 A disciplina constitucional e a EC 85/2015	35
1.3.2 Os diversos diplomas legais	38
1.4 A LEI FEDERAL DE INOVAÇÃO	39
1.4.1 Aspectos gerais e o caráter multidisciplinar da Lei de Inovação	40
1.4.2. O conceito de inovação e outras noções relevantes	42
1.4.3 Objetivos	45
1.4.4 Os atores e as frentes de estímulo às atividades de inovação	46
1.5 OS INSTRUMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO	48
1.5.1 Os instrumentos em vista da sua natureza jurídica	50
1.5.2 O recorte dos mecanismos contratuais	51
1.5.3 O processamento da escolha e a combinação de instrumentos	53
1.6 CONCLUSÕES PARCIAIS	56
2. A CLASSIFICAÇÃO DOS MÓDULOS CONVENCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO	59
2.1 A AMPLIAÇÃO DA COMPLEXIDADE DO FENÔMENO CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO	60
2.2 A CLASSIFICAÇÃO DOS MÓDULOS CONVENCIONAIS	63
2.2.1 Os módulos convencionais de cooperação	64
2.2.2 Os módulos convencionais de concessão	72
2.2.3 Os módulos convencionais instrumentais	73
2.3 MÓDULOS CONVENCIONAIS E OS INSTRUMENTOS DE INOVAÇÃO	74
2.3.1 Módulos convencionais instrumentais e poder de compra do Estado	75
2.3.2 Os módulos convencionais de cooperação para a inovação	76
2.3.3 Módulos convencionais de concessão e o estímulo à inovação	81
2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	82
3. MÓDULOS CONVENCIONAIS DE COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO	85
3.1 OS MÓDULOS CONVENCIONAIS DE COOPERAÇÃO	85
3.2 ASPECTOS GERAIS DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	86

3.2.1 Transferência de tecnologia como finalidade e como instrumento.....	86
3.2.2 Diferentes abordagens sobre os contratos de transferência de tecnologia.....	88
3.2.3 O estímulo à inovação com o suprimento de tecnologias ao setor produtivo	90
3.2.4 Os contratos públicos do art. 6º da Lei de Inovação	91
3.3 O CONTRATO DE FORNECIMENTO DE TECNOLOGIA	94
3.3.1 As obrigações no contrato de transferência de tecnologia	95
3.3.2 A obrigação legal de comunicar as experiências	97
3.3.3 A contrapartida do receptor	97
3.3.4 A opção sobre a exclusividade.....	98
3.3.5 A comunicação de aprimoramentos	99
3.4 LICENCIAMENTO DE USO DE CRIAÇÃO PROTEGIDA	100
3.4.1 O licenciamento pelas ICTs.....	102
3.4.2 As condições de uso da licença	102
3.4.3 A obrigação de exploração da criação protegida	103
3.4.4 A contrapartida da licença: <i>royalties</i> e outras modalidades	105
3.4.5 A cessão de direitos em face do licenciamento.....	107
3.5 A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	109
3.5.1 As contratações sem exclusividade	111
3.5.2 As contratações com exclusividade	112
3.5.3 Dispensa da oferta pública em caso de desenvolvimento conjunto	114
3.6 ACORDO DE PARCERIA (ART. 9º DA LEI DE INOVAÇÃO).....	114
3.6.1 A função de conjugar esforços para compartilhar o risco.....	115
3.6.2 A configuração de <i>joint venture</i> cooperativa	117
3.6.3 A natureza jurídica do acordo de parceria.....	118
3.6.4 A seleção do parceiro.....	122
3.6.5 A negociação do plano de trabalho	125
3.6.6 O aporte de recursos e bens pelos parceiros.....	126
3.6.7 A definição da titularidade da propriedade intelectual e a exploração dos resultados.....	127
3.6.8 O direito à exploração e licenciamento	132
3.6.9 A atribuição ao privado dos direitos de propriedade intelectual e a exploração efetiva	133
3.7 FINANCIAMENTO	135
3.7.1 As diversas acepções e a acepção estrita empregada	135
3.7.2 O enquadramento da FINEP	136
3.7.3 As modalidades de financiamento na Lei do FNDTC.....	137
3.7.4 O financiamento como instrumento de política pública de inovação ...	138
3.8 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	142
4. A ENCOMENDA TECNOLÓGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO	145
4.1 A ENCOMENDA TECNOLÓGICA NA CLASSIFICAÇÃO DOS MÓDULOS CONVENCIONAIS	146
4.2 A ESTRATÉGIA SUBJACENTE À ENCOMENDA TECNOLÓGICA	148

4.2.1 Configuração de instrumento de política pública <i>mission-oriented</i>	148
4.2.2 A compensação do risco tecnológico pela via contratual	150
4.3 BREVE NOTA SOBRE FIGURAS ASSEMELHADAS DO DIREITO	
ESTRANGEIRO	152
4.3.1 A disciplina do <i>Federal Acquisition Regulation – FAR</i>	152
4.3.2 Os modelos contratuais desenvolvidos na União Europeia	153
4.3.2.1 Pre-Commercial Procurements – PCP	154
4.3.2.2 Public Procurement for Innovation – PPI	156
4.3.2.3 Sobreposição e complementaridade da PCP e PPI	158
4.4 A CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DA ENCOMENDA TECNOLÓGICA.....	159
4.4.1 A contratação de atividades de pesquisa e desenvolvimento e a opção de compra.....	159
4.4.2 O risco tecnológico	161
4.4.3 Problema técnico específico ou produto, serviço ou processo inovador	164
4.4.4 Síntese sobre a configuração jurídica da encomenda tecnológica	168
4.5 ELEMENTOS OPCIONAIS NA CONFIGURAÇÃO DA ENCOMENDA TECNOLÓGICA.....	169
4.5.1 Pluralidade de contratos – formatações viáveis e o modelo “funil”	169
4.5.1.1 O desenvolvimento de alternativas: modelo funil	170
4.5.1.2 A execução de partes de um mesmo objeto	171
4.5.2 A opção de compra do resultado da encomenda	172
4.5.3 A distribuição e exploração de direitos de propriedade intelectual	173
4.5.4 A transferência de tecnologia	176
4.6 A DISCIPLINA DE CONTRATAÇÃO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA	177
4.6.1 A redação original da Lei de Inovação.....	177
4.6.2 As autorizações legais para a contratação direta	180
4.6.2.1 A hipótese do art. 24, XXXI, da Lei 8.666.....	180
4.6.2.2 A alusão à contratação direta no caput do art. 20 da Lei de Inovação	182
4.6.2.3 O § 4º do art. 20 da Lei de Inovação	182
4.6.3 O procedimento de contratação da etapa de pesquisa e desenvolvimento.....	183
4.6.3.1 A descrição das necessidades em termos funcionais	183
4.6.3.2 A definição do objeto da encomenda e consulta aos potenciais contratados	185
4.6.3.3 O comitê técnico de especialistas	186
4.6.3.4 A negociação.....	187
4.6.3.5 O critério de escolha do(s) contratado(s)	190
4.6.4 A regulamentação da contratação direta do fornecimento do resultado	192
4.6.5 Síntese: a contratação da encomenda tecnológica	193
4.7 A DISCIPLINA DE REMUNERAÇÃO	194
4.7.1 O § 3º do art. 20: redação original e alteração pela Lei 13.243	194
4.7.2 As modalidades de remuneração	196
4.7.3 Os elementos para a escolha da modalidade de remuneração.....	197
4.7.4 A adoção de diferentes modalidades em cada etapa da encomenda	200

4.7.5 Os contratos no regime de preço fixo.....	201
4.7.5.1 Preço fixo sem remuneração adicional	201
4.7.5.2 Preço fixo mais remuneração variável de incentivo	202
4.7.5.3 A modificação do preço fixo	203
4.7.6 Remuneração por reembolso de custos: aspectos gerais e modalidades específicas	206
4.7.6.1 Os pressupostos de cabimento do regime de reembolso de custos	206
4.7.6.2 As diretrizes do regime de reembolso de custos	207
4.7.6.3 Reembolso de custos sem remuneração adicional.....	208
4.7.6.4 Reembolso de custos mais remuneração variável de incentivo....	209
4.7.6.5 Reembolso de custos mais remuneração fixa de incentivo	209
4.7.7 Síntese sobre a disciplina de remuneração na encomenda tecnológica	210
4.8 A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA	211
4.8.1 A extinção pela obtenção de resultados.....	212
4.8.2 Extinção por inviabilidade técnica ou econômica	213
4.8.3 O decurso do prazo contratual	215
4.9 CONCLUSÕES PARCIAIS	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto central a análise de contratos públicos utilizados em políticas públicas de inovação, notadamente algumas das figuras previstas na Lei de Inovação (Lei Federal 10.973/2004, com as alterações posteriores). A referida Lei estabelece medidas de promoção e fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando à autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do país. Previu os instrumentos reputados adequados para respaldar o relacionamento entre os diversos sujeitos vocacionados a atividades de pesquisa para inovação.

A Lei de Inovação se insere num contexto de reconhecimento da imprescindibilidade da inovação como forma de impulsionar o desenvolvimento. Para usar as palavras de Fernando Dias Menezes de ALMEIDA, houve a compreensão relativamente recente da inovação “como fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social”.¹ Essa necessidade é ainda mais notória em países em desenvolvimento, como o Brasil, conforme observa Marcos Augusto PEREZ.²

Um dos aspectos fundamentais em políticas públicas de inovação consiste na indispensabilidade de se estimular a articulação público-privada, conforme

¹ ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. A legislação federal sobre ciência, tecnologia e inovação no contexto da organização federativa brasileira. In: FREITAS, Rafael Vêras de. RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 99.

² PEREZ, Marcos Augusto. Organizações sociais para a gestão de parques tecnológicos. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. (Org.). **Direito e Administração Pública**: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro, p. 511.

observam e Diogo COUTINHO e Maria Paula Dallari BUCCI.³ Todavia, a sinergia nas relações público-privadas é um dos gargalos à inovação no Brasil.⁴

Nesse contexto, os contratos públicos são importantes instrumentos utilizados para fomentar ou promover a inovação. Esses ajustes são mencionados pela doutrina como arranjos diferenciados⁵, disciplinados especificamente para tanto. O estudo do tema se justifica diante da relevância de se entender a utilização da técnica contratual para o atingimento dessas finalidades.

O trabalho tem por objetivo analisar especificamente as figuras dos arts. 6º, 9º, 19, §2º-A, inc. II, e 20 da Lei de Inovação, que são importantes contratos públicos utilizados em políticas públicas de inovação.

O art. 6º autoriza a Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT pública⁶ a celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorgar direito de uso ou exploração de criação desenvolvida por ela isoladamente ou por meio de parceria.

No art. 9º prevê-se a realização de “acordo de parceria” entre ICT e entidades públicas e privadas para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, processo ou produto.

³ BUCCI, Maria Paula Dallari; COUTINHO, Diogo R. Arranjos jurídicos-institucionais da política de inovação tecnológica: uma análise baseada na abordagem de direito e políticas públicas. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 327. Outros autores abordam a imprescindibilidade do relacionamento entre diversos sujeitos, e especificamente o relacionamento entre entidades públicas e o setor privado para o desenvolvimento da inovação. Nesse sentido, por todos, BARBOSA, Denis Borges. **Direito da Inovação: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações)**, 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 31.

⁴ COUTINHO, Diogo. MOUALLEM, Pedro Salomon B. Gargalos jurídico-institucionais à inovação no Brasil. In: COUTINHO, Diogo R.; ROCHA, Jean-Paul Veiga da; SCHAPIRO, Mario (Coords.). **Direito Econômico atual**. São Paulo: Método, 2015, p. 102.

⁵ MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Do contrato administrativo à administração contratual. **Revista do Advogado**, São Paulo, vol. 107, dez/2009. p. 81. MEDAUAR, Odete. Nota sobre a contratualização da atividade administrativa. *Revista de Contratos Públicos – RCP*. Belo Horizonte, ano 1, n. 1, mar./ago. 2012, p. 6.

⁶ O art. 2, inc. V da Lei de Inovação contempla o seguinte conceito: “Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.”

O art. 19, §2º-A, inc. II, prevê o financiamento como um instrumento de estímulo à inovação nas empresas, envolvendo o custeio de despesas relacionadas a projetos dessa natureza.

Já o art. 20 trata da contratação de uma ou mais empresas ou entidades públicas ou privadas, de reconhecida capacitação tecnológica, para a realização de atividade de pesquisa e desenvolvimento, que envolva risco tecnológico, para obter a solução de problema técnico específico ou produto ou processo inovador. Há autorização para a contratação do fornecimento, em escala ou não, do resultado da encomenda.

Cada uma dessas figuras traduz um modo específico de busca de inovação. Pretende-se analisar suficientemente a disciplina de cada qual, a fim de entender a utilização da técnica contratual como estratégia de fomento e promoção da inovação, diante das características e dificuldades inerentes à inovação.

É certo que a Lei de Inovação menciona ou disciplina outras figuras contratuais além daquelas acima referidas, tal como se vê nos arts. 3º-A, 4º-A, 8º, 9º-A, por exemplo. Há ainda outras figuras que se relacionam com o tema ora proposto, tal como o tratamento prioritário em procedimentos de contratação a empresas que investem em inovação ou a produtos inovadores.⁷

Porém, esse recorte focado em determinados contratos públicos se justifica porque, ao que se infere, um estudo envolvendo todos os diferentes ajustes de algum modo relacionados à inovação, bem como de todos os mecanismos de fomento à inovação, pode ser inviável, em razão da amplitude de objeto. Reputa-se que o direcionamento da pesquisa a determinadas figuras é necessário para que se possa realizar um trabalho efetivamente contributivo, de modo a evitar a improfícua análise e comparação entre figuras com características bastante diversas.

O recorte proposto relaciona-se também com o próprio objetivo da dissertação, consistente em contribuir com a reflexão acerca da estratégia de fomento e promoção da inovação subjacente a essas figuras. Nesse sentido, a abrangência de outras figuras além daquelas propostas não contribuiria para esse objetivo.

⁷ Não se ignora a relevante doutrina sobre o tema, sobretudo no direito estrangeiro. Porém, esse tema se relaciona apenas indiretamente com o tema objeto do recorte proposto.

Para que se possa atingir os objetivos propostos, a dissertação será dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo tratará de alguns aspectos gerais da inovação, notadamente da sua definição e características essenciais. Ainda, abordará os papéis do Direito na elaboração e execução de políticas públicas, de modo a situar o tema em vista das políticas públicas de inovação no Brasil. Além disso, examinará a colocação do tema da inovação no ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase nos instrumentos previstos.

O segundo capítulo examinará os grupos de módulos convencionais à luz da classificação proposta por Fernando Dias MENEZES DE ALMEIDA⁸, de modo a situar o tema. Ainda, buscará descrever os módulos convencionais de cooperação, instrumentais e de concessão, para em seguida contextualizar a sua utilização como instrumentos da inovação.

O terceiro capítulo se destina à análise de alguns dos módulos convencionais de cooperação utilizados em política pública de inovação. Especificamente, pretende-se analisar os contratos de transferência de tecnologia e licenciamento de criação (art. 6º da Lei de Inovação), o acordo de parceria para desenvolvimento conjunto de tecnologia, processo ou produto (art. 9º da Lei de Inovação) e o financiamento (art. 19, §2º-A, inc. II). O objetivo será descrever essas modalidades específicas para entendê-las enquanto mecanismo de fomento e promoção da inovação.

O quarto capítulo, por fim, analisará o contrato público de encomenda tecnológica (pesquisa e desenvolvimento), previsto no art. 20 da Lei de Inovação. Buscará investigar a sua inclusão na classificação dos módulos convencionais, seu caráter híbrido dadas as finalidades de atendimento direto de necessidades públicas e de fomento, bem como seus diversos mecanismos específicos.

⁸ ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Contrato Administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 239-240.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de inovação podem ser entendidas como as ações públicas destinadas a influenciar o desenvolvimento e a difusão de inovações.⁴⁹⁷ A Constituição Federal e diversas leis disciplinam o tema, em face do reconhecimento da sua necessidade como fator essencial ao desenvolvimento econômico e social.

A Lei de Inovação (Lei Federal 10.973/2004) é o principal diploma que versa sobre o tema. A inovação, enquanto objeto de tratamento legislativo, é uma matéria transversal e multidisciplinar. Toca em questões variadas, que tradicionalmente recebem tratamento segregado em diferentes ramos do direito. Por exemplo, tem relação com questões atinentes à propriedade intelectual, tributação, exportação e importação, regimes de trabalho, entre outros. Especificamente no que diz respeito ao Direito Administrativo, surgem questões referentes a licitação e contratos públicos, servidores públicos, fomento, bens públicos etc.

Essas características implicam a necessidade de o tratamento legal da inovação integrar todos esses diferentes assuntos num mesmo diploma. Mais ainda, torna necessário que a disciplina legal se conecte com os subsistemas legais específicos atinentes aos referidos assuntos.

Conforme exposto ao longo do trabalho, há diversos instrumentos que podem ser utilizados na execução de políticas públicas de inovação. Cada qual é dotado de particularidades afeitas às atividades de inovação, que se caracterizam pelo alto custo e pela existência de riscos e incerteza.

Entre esses instrumentos, e em face da necessidade de articulação entre os diversos atores do processo de inovação, um papel de destaque cabe aos contratos públicos – ou os módulos convencionais que a Administração se vale para criar uma situação jurídica mediante acordo de vontades, conforme a lição de Fernando Dias Menezes de ALMEIDA.⁴⁹⁸

Conforme exposto no trabalho, a compreensão do papel do direito como ferramenta das políticas públicas fornece um prisma específico de análise dos

⁴⁹⁷ EDQUIST, Charles. VONORTAS, Nicholas S. ZABALA-ITURRIAGAGOITIA, Jon Mikel. EDLER, Jakob. Op. cit., p. 4.

⁴⁹⁸ ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Contrato Administrativo**. Cit.

contratos públicos de inovação. Essa perspectiva permite compreender (i) as funções desempenhadas por eles, (ii) as variações na sua operacionalização, o que fornece alternativas às políticas; (iii) a utilização combinada de instrumentos diferentes para viabilizar as atividades em questão; e (iv) os aperfeiçoamentos promovidos na disciplina legal e regulamentar para conferir eficácia aos instrumentos.

Há contratos públicos disciplinados na Lei de Inovação que se configuram como módulos convencionais de cooperação.

A transferência de tecnologia é um dos objetivos específicos da disciplina de inovação. Do ponto de vista do art. 6º da Lei de Inovação, porém, é o mecanismo que permite conjugar as atividades das ICT públicas, vocacionadas para atividades de pesquisa, e a atuação de agentes do setor produtivo, capazes de inovar no mercado. Os módulos convencionais de cooperação do art. 6º – fornecimento de tecnologia e licenciamento – permitem à ICT suprir o setor produtivo com tecnologias passíveis de exploração econômica, viabilizando a um só tempo obter um retorno para a ICT e as externalidades positivas da inovação.

O aparato normativo correspondente foi objeto de relevantes aperfeiçoamentos, como forma de conferir maior eficácia aos instrumentos em questão. A evolução é verificada sobretudo no que se refere ao procedimento de contratação. Houve a simplificação da exigência para a oferta pública (substituindo a necessidade de publicação de edital), além de detalhamento sobre o conteúdo necessário da oferta.

O acordo de parceria do art. 9º da Lei de Inovação é um modo específico de realização de atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento. Envolve a formação de *joint venture* cooperativa entre ICT e entidade pública ou privada, que reúnem esforços, competências e recursos para compartilhar o risco, mas preservando a autonomia dos parceiros.

Ao que se infere, a disciplina legal e regulamentar pretendeu de modo intencional evitar a utilização da denominação de categorias tradicionais – convênio ou contrato, o que é salutar. Reputa-se que cabe reconhecer o acordo de parceria como uma figura autônoma, não equiparável à figura do convênio, inclusive para que a sua disciplina normativa específica prevaleça sobre eventuais concepções atinentes ao convênio.

A Lei de Inovação foi alterada para tornar mais flexível a distribuição da propriedade intelectual, excluindo a exigência de equivalência entre os recursos aportados e os resultados a serem compartilhados. Em cada caso, é possível determinar o modo de distribuição da propriedade intelectual – por quem, em que setores, de que forma etc.

No tocante à inovação, o financiamento consiste no instrumento jurídico, operado por instituições dotadas dessa atribuição, destinado a custear as atividades pertinentes. É um instrumento versátil por poder (i) atuar em todas as etapas do processo de inovação, (ii) beneficiar diretamente diferentes agentes do sistema de inovação e (iii) ser combinado com diversos outros instrumentos. As diversas modalidades (reembolsável, não reembolsável, com a atribuição de participação ao financiador) são as variações básicas a que se somam as variações específicas quanto às condições de cada operação – custo do empréstimo, demais condições fixadas etc.

Outro contrato público examinado foi a *encomenda tecnológica* prevista no art. 20 da Lei de Inovação. Como indicado, reputa-se tratar de instrumento que pode ser enquadrado tanto no grupo módulos convencionais instrumentais quanto no grupo dos módulos convencionais de cooperação.

A encomenda tecnológica permite produzir inovação a partir de demandas do Estado, envolvendo questões relevantes do ponto de vista socioeconômico. A demanda do Estado é formulada para a obtenção de solução para um problema técnico específico ou de produto, processo ou serviço inovador. O resultado desejado é incerto, por envolver risco tecnológico, consistente na possibilidade de insucesso no desenvolvimento pretendido.

Para proporcionar o engajamento dos sujeitos vocacionados à resolução do problema proposto, dada a incerteza quanto ao atingimento dos resultados, a encomenda tecnológica implica a assunção do risco técnico (ou parte dele) pelo Estado. Pode envolver o oferecimento de benefícios adicionais ao contratado. Em alguns casos, pode haver a contratação direta para o fornecimento do resultado. Enfim, como se buscou demonstrar, há uma grande quantidade de mecanismos específicos que permitem modelar a encomenda para a satisfação do interesse coletivo em cada caso.

Desde a edição original da Lei da Inovação houve notáveis avanços na disciplina jurídica da encomenda tecnológica, com forte influência do direito norte-americano e das Diretivas da União Europeia. Isso é muito evidente em dois aspectos principais: a disciplina de contratação da encomenda e a disciplina de remuneração do contratado.

A disciplina de contratação em nível federal envolveu mais do que a previsão de hipóteses de dispensa de licitação. Houve o detalhamento de mecanismos específicos destinados à definição do objeto da encomenda. Foi prevista a formação negociada de contrato, de modo a se estabelecer a disciplina apta a lidar de modo eficiente com o risco tecnológico. Houve também a previsão expressa de critério de escolha consistente na maior probabilidade de alcance dos resultados, e não do menor preço.

Ademais, houve avanço notável no tocante ao regime de remuneração. Originalmente, a Lei de Inovação vinculava o pagamento do contratado à obtenção de resultados – desvirtuando a lógica de assunção de risco pelo Estado. Após a alteração legislativa ocorrida em 2016, o Decreto 9.283/2018 detalhou as diversas modalidades específicas de remuneração que, na essência, traduzem as respostas jurídicas para lidar com o risco tecnológico.

O relevante aperfeiçoamento verificado nos últimos anos forneceu um aparato jurídico adequado. A utilização modesta da encomenda tecnológica não pode mais ser explicada pela suposta insuficiência ou inadequação da disciplina jurídica – o que não equivale a dizer que não sejam necessários novos aperfeiçoamentos. Como principais pontos sensíveis e dependentes de maior detalhamento, pode-se citar o modo de identificação e eleição de possíveis encomendas e o procedimento de negociação para a escolha e para a formação do contrato com os potenciais contratados.

Para além da análise isolada de cada um dos instrumentos, é fundamental considerar que, na realidade de sua aplicação, o cenário mais comum é o de combinação de instrumentos, de forma modulada. Essa constatação é relevante para se ter em mente as limitações da análise dos instrumentos de modo isolado.

Portanto, houve aprimoramentos fundamentais na disciplina legal e regulamentar num período recente. Contudo, é necessário perceber as limitações

das alterações normativas quando desacompanhadas de uma alteração efetiva de postura dos aplicadores das normas, além de outras medidas indispensáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. A legislação federal sobre ciência, tecnologia e inovação no contexto da organização federativa brasileira. In: FREITAS, Rafael Vêras de. RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. **Contrato Administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ANDRECKA, Marta. Innovation partnership in the new public procurement regime – a shift of focus from procedural to contractual issues? In: **Public Procurement Law Review**, 2, 2015, p. 48-62.

ARAÚJO, André Luiz Carneiro de; CARVALHO, Tecia Vieira; QUINTELLA, Cristina M. Negociação e Transferência de Tecnologia. In: SANTOS, Ferlando Lima. **Desenvolvimento e perspectivas da propriedade intelectual no Brasil**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014, p. 205-217.

ARAÚJO, Nizete Lacerda; GUERRA, Bráulio Madureira; LOBATO, Laura Camisassa R.; DOYLE, Maria de Lourdes Rosa. **Marco Legal da Inovação**: breves comentários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil. Inovar para sair da crise. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

ASSAFIM, João Marcelo Lima. **A transferência de tecnologia no Brasil**: aspectos contratuais e concorrenciais da propriedade industrial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BARBOSA, Denis Borges. **Contratos em Propriedade Intelectual**. Disponível em http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/apostilas/ufrrj/contratos_propriedade_intelectual.pdf, acesso em 28/09/2019

_____. Contratos de licenciamento e transferência de tecnologia da Lei de Inovação. In: _____. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações), 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. Convênios de Cooperação. In: _____. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações), 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações), 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. Lei de Inovação: entrosamento (ou falta de) entre universidade e empresa. In: _____. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação,

Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações), 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. Licitação como instrumento de incentivo à inovação: o caso do art. 20 da Lei de Inovação. In: BARBOSA, Denis Borges. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações), 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

BERCOVICI, Gilberto. Ciência e inovação sob a Constituição de 1988. **Revista dos Tribunais**. vol. 916/2012. p. 267–294. São Paulo: RT, fev./2012.

BLOCK, Fred. Innovation and the Invisible Hand of Government. In: **State of Innovation**: The U.S. Government's role in technology development. Boulder: Paradigm Publishers, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**: novos estudos de teoria do direito. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani; revisão técnica de Orlando Seixas Bechara, Renata Nagamine. Barueri, SP: Manole, 2007.

BRANCHER, Paulo M. R. **Contratos de licenciamento de propriedade industrial**: autonomia privada e ordem pública. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio; LIMA JUNIOR, Irineu de Souza. CORDER, Solange. Desafios do financiamento à inovação no Brasil. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

BOCCHINO, Leslie de Oliveira *et al.* **Publicações da Escola da AGU**: Propriedade Intelectual – conceitos e procedimentos. Brasília: Advocacia-Geral da União, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____; COUTINHO, Diogo R. Arranjos jurídicos-institucionais da política de inovação tecnológica: uma análise baseada na abordagem de direito e políticas públicas. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes; NEVES, Rubia Carneiro. Governança corporativa administração pública consensual: uma nova tendência nos acordos de parceria para promover tecnologia e inovação. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, vol. 57/2012, jul-set/2012.

CAPELLA, Eduardo Goeldner. **Comentários às Leis de Licitações e legislação extravagante**. 2. ed. Florianópolis: Conceito, 2014

CARVALHO, Pedro Emerson de; GARDIM, Nanci. Boas práticas em cessão de licenças e publicação de edital para licenciamento de tecnologia com exclusividade. In: SANTOS, Maria Elizabeth Ritter dos; TOLEDO, Patrícia Tavares Magalhães de;

LOTUFO, Roberto de Alencar. **Transferência de Tecnologia**: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas: Komedi, 2009, p. 287-304.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Políticas de inovação e desenvolvimento. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

Comissão das Comunidades Europeias. Comunicado COM(2007) 799 da Contratos pré-comerciais: promover a inovação para garantir serviços públicos sustentáveis de alta qualidade na Europa. Bruxelas, 14.12.2007.

Contratos de Transferência de Tecnologia: instruções básicas. Fórum de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia Regional Nordeste. Maceió, março de 2012.

COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. In: SUNDFELD, Carlos Ari. JURKSAITIS, Guilherme Jardim. **Contratos públicos e direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____; MOUALLEM, Pedro S. B. O direito contra a inovação? A persistências dos gargalos à inovação no Brasil. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando (orgs.). **O Futuro do Desenvolvimento**: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho. Campinas: Unicamp, 2016.

_____; _____. Gargalos jurídico-institucionais à inovação no Brasil. In: COUTINHO, Diogo R.; ROCHA, Jean-Paul Veiga da; SCHAPIRO, Mario (Coords.). **Direito Econômico atual**. São Paulo: Método, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

EDQUIST, Charles. VONORTAS, Nicholas S. ZABALA-ITURRIAGAGOITIA, Jon Mikel. EDLER, Jakob. **Public Procurement for Innovation**. Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited, 2015.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice**: universidade-indústria-governo. Porto Alegre: EDIPURS, 2013.

FARINHO, Domingos Soares. Contratação pública e inovação: uma reflexão lusófona a partir do caso português. In: FONSECA, Isabel Celeste (ed.), **Atas da II Conferência Internacional sobre Compras Públicas**. Braga: Universidade do Minho, 2017

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FONTES, André R. C. Perfis da transferência de tecnologia. In: DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade intelectual e transferência de tecnologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 271-289.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNANDEZ, Tomás-Ramón. **Curso de Derecho Administrativo I**, 15 ed. Thomson Reuters, Madrid: Civitas, 2011.

GONÇALVES, Pedro Costa. **Direito dos Contratos Públicos**, 2 ed, vol. 1. Coimbra: Almedina, 2018.

ISSA, Rafael Hamze. Quais as oportunidades abertas pelo decreto paulista de inovação para enfrentar o risco nos contratos de encomenda tecnológica? In: **Cadernos de Direito e Inovação**: decreto paulista de inovação. Cadernos do Núcleo Jurídico do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Outubro de 2018.

JORDANA DE POZAS, Luis. Ensayo de una Teoría Del Fomento em El Derecho Administrativo. In: **Revista de Estudios Políticos**, n. 48. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, nov.dez. 1949.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 18 ed. São Paulo: RT, 2019.

_____. **Comentários ao RDC**. São Paulo: Dialética, 2013.

_____. **Curso de Direito Administrativo**, 12 ed. São Paulo: RT, 2016.

_____. _____. 13 ed. São Paulo: RT, 2018.

_____; JORDÃO, Eduardo Ferreira. A contratação administrativa destinada ao fomento de atividades privadas de interesse coletivo. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, ano 9, n. 34, p. 47-72, jul./set. 2011.

LEONARDOS, Gabriel Francisco. **Tributação da transferência de tecnologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

LESSA, Marcus. Contratos para inovação. In: BARBOSA, Denis Borges. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado, 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 409-468.

MAIA, Gabriel Dantas. FOSS, Maria Carolina. COUTINHO, Diogo R. BONACELLI, Maria Beatriz. Encomendas tecnológicas no Decreto Paulista de Inovação: oportunidades e desafios para a efetividade da política de CT&I. In: **Cadernos de Direito e Inovação**: decreto paulista de inovação. Cadernos do Núcleo Jurídico do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Outubro de 2018.

MAIA, Vinícius Madureira. Os contratos no âmbito da Propriedade Intelectual. In: TAVARES, Luiz Eduardo dos Santos (org.). **Prospecção, Proteção e Transferência de Tecnologia: um manual de Propriedade Intelectual**. Fortaleza: Redenit, 2011.

MACEDO, Mariano de Matos. Fundamentos das políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil. In: **Políticas de Inovação pelo lado da demanda no Brasil**. In: RAUEN, André Tortato (org.). Brasília: IPEA, 2017.

Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação, 3 ed. Disponível em <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>, acesso em 31/7/2019.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Agências reguladoras independentes: fundamentos e seu regime jurídico**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

_____. **Bens públicos**: função social e exploração econômica. O regime jurídico das utilidades públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. **Concessões**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

_____. Do contrato administrativo à administração contratual. **Revista do Advogado**, ano XXIX, nº 107, p. 74-82, dez. 2009.

_____. Fomento. Parte III. In: KLEIN, Aline Lícia; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Funções Administrativas do Estado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. O fomento como instrumento estatal de intervenção na ordem econômica. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, ano 8, n. 32, p. 57-71, out.-dez. 2010.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar**, 2 ed. São Paulo: Unesp/Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. O sistema jurídico-institucional de investimentos público-privados em inovação no Brasil. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**. Belo Horizonte: Fórum, ano 7, n. 28, out./dez. 2009.

MAZUCATTO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 9 ed. São Paulo: RT, 2005.

_____. 11 ed. São Paulo: RT, 2007

_____. Nota sobre a contratualização da atividade administrativa. **Revista de Contratos Públicos – RCP**. Belo Horizonte, ano 1, n. 1, mar. /ago. 2012.

MONTEIRO, Vitor. Os contratos de financiamento celebrados pelo Estado são contratos administrativos de fomento? In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein; MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich; GREGO-SANTOS, Bruno. **Contratos e controle na Administração Pública**: reflexões atuais. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017, p. 75-103.

MOREIRA, Egon Bockmann. Licitação pública e a negociação pré-contratual – a necessidade do diálogo público-privado. In: **Revista de Contratos Públicos – RCP**. Belo Horizonte: Fórum. Ano 2, n. 2. set. 2012/ fev. 2013

MOREIRA, Natalia Rebello. Atividade estatal de fomento à inovação tecnológica em empresas. 159 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. O futuro das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano Azevedo. **Direito Administrativo e seus novos paradigmas**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MOURA E SILVA, Miguel. **Inovação, transferência de tecnologia e concorrência**: estudo comparado do direito da concorrência dos Estados Unidos e da União Europeia. Coimbra: Almedina, 2003.

MOURÃO, Carolina Mota; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes. A inovação como fator de convergência normativa: análise do caso dos fundos de investimento com participação estatal. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

OCDE. **Manual de Frascati**: metodologia proposta para definição da pesquisa e desenvolvimento experimental. Disponível em <file:///C:/Users/Usuário/Desktop/Manual de Frascati.pdf>, p. 23, acesso em 31/07/2019

OCTAVIANI, Alessandro; BRAGA, Marco Aurélio. Convênio de cooperação técnica e científica. Ordenamento da inovação tecnológica. In: OCTAVIANI, Alessandro. **Estudos, pareceres e votos de Direito Econômico**. São Paulo: Singular, 2014

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. “Convênio é acordo, mas não é contrato”: contributo de Hely Lopes Meirelles para a evolução dos acordos administrativos no Brasil. In: WALD, Arnoldo; JUSTEN FILHO, Marçal; PEREIRA, Cesar Augusto Guimarães (orgs.) **O Direito Administrativo na Atualidade**: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017). São Paulo: Malheiros, 2017, p. 516-527.

PACHECO, Carlos Américo. BONACELLI, Maria Beatriz Machado. FOSS, Maria Carolina. Políticas de estímulo à demanda por inovação e o Marco Legal de CT&I. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. Direito Administrativo e políticas públicas: o debate atual. In: ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich; e SCHIRATO, Vitor Rhein. **Direito Público**

em evolução: estudos em homenagem à professora Odete Medauar. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

PEREIRA, Cesar. Parcerias para a inovação no setor de defesa: a Lei nº 12.598 e as parcerias público-privadas para pesquisa e desenvolvimento (R&D). In: JUSTEN FILHO, Marçal; SCHWIND, Rafael Wallbach (coord.). **Parcerias Público-Privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei nº 11.079/2004**. São Paulo: RT, 2014.

PEREIRA, Ricardo; PIMENTEL, Luiz Otávio; MEDEIROS, Juliana Correa Crepaldi; ROSSI, Adriano Leonardo; ASSAFIM, João Marcelo de Lima. Acordo de Cooperação de P&D Petrobras/Universidade: análise da cláusula de propriedade intelectual. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Manual básico de acordos de parceria de PD&I: aspectos jurídicos**. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

PEREZ, Marcos Augusto. Organizações Sociais para a gestão de parques tecnológicos. In: MARQUES NETO, de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (Orgs.). **Direito e Administração Pública: Estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. São Paulo: Atlas, 2013.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Manual básico de acordos de parceria de PD&I: aspectos jurídicos**. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

_____. Contratos: introdução aos contratos de prestação de serviços de pesquisa, parceria de pesquisa e desenvolvimento, comercialização de tecnologia e propriedade intelectual de instituições científicas e tecnológicas. In: SANTOS, Maria Elizabeth Ritter dos; TOLEDO, Patrícia Tavares Magalhães de; LOTUFO, Roberto de Alencar. **Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas: Komedi, 2009, p. 255-286.

POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas. Controle de resultados da atividade administrativa de fomento pelo Tribunal de Contas da União. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 18, n. 203, p. 49-59, jan. 2018.

PUHLMANN, Angela Cristina Azanha. Práticas para proteção de tecnologias: a função do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. In: SANTOS, Maria Elizabeth Ritter dos; TOLEDO, Patrícia Tavares Magalhães de; LOTUFO, Roberto de Alencar. **Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas: Komedi, 2009, p. 169-203.

RAUEN, André Tortato. **Compras Públicas de P&D no Brasil: o uso do artigo 20 da Lei de Inovação**. Brasília: Ipea. Radar nº 40, agosto de 2015.

_____. Encomendas tecnológicas no Brasil: novas possibilidades legais. **Radar n. 41**. Brasília: IPEA, março de 2018.

_____. Encomendas tecnológicas nos Estados Unidos: possibilidades do Regulamento Federal de Aquisições. **Radar 36**. Brasília: Ipea, dezembro de 2014

_____. **Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017.

_____. BARBOSA, Caio Márcio Melo. **Encomendas tecnológicas no Brasil**: guia geral de boas práticas. Brasília: Ipea, 2019

RAUEN, Cristiane Viana. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-Empresa? In: IPEA: **Radar**, 43, fev. 2016

SALERNO, Mario Sergio. Políticas de inovação no Brasil. In: **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

SANTOS, Fabio Gomes dos; TONETTI, Rafael Roberto Hage; MONTEIRO, Vitor. Desafios jurídicos para o fomento financeiro da inovação para as empresas. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM (orgs.). **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017, p. 178-211.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos. Software – acesso ao código fonte e transferência de tecnologia. In: DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade intelectual e transferência de tecnologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2011

SCHAPIRO, Mario. Inovação como falha de mercado e as respostas do direito. In: COUTINHO, Diogo R.; ROCHA, Jean-Paul Veiga da; SCHAPIRO, Mario (Coords.). **Direito Econômico atual**. São Paulo: Método, 2015.

SCHIRATO, Vitor Rhein. Contratos Administrativos e contratos da Administração Pública: pertinência da diferenciação? **Revista de Contratos Públicos – RCP**, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 177-186, set. 2012/fev. 2013.

_____. Políticas públicas para eficiência energética. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**. Belo Horizonte, ano 16, n. 64, p. 229-245, out./dez. 2018.

SCHUMPETER, Joseph A. **The Theory of Economic Development**. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, 1934.

SCHWIND, Rafael Wallbach. **O Estado Acionista**: empresas estatais e empresas privadas com participação estatal. São Paulo: Almedina, 2017,

SILVA, Danilo Tavares da. **Política Industrial e Desenvolvimento Regional**: o fomento estatal dos arranjos produtivos locais. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVEIRA, Newton. A obrigação de exploração de propriedade industrial e a exaustão de direitos. In: DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade intelectual e transferência de tecnologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 101-120.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito Administrativo da Economia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SOUSA, Luís Verde de. **A negociação nos procedimentos de adjudicação**: uma análise do Código dos Contratos Públicos. Almedina: Coimbra: 2010.

SOUZA, Eduardo Pinho Pereira e.; MARQUES, Felipe Silveira; ABREU, Isabela Brod Lemos de; CAPANEMA, Luciana Xavier de Lemos; e SILVA, Vanessa Pinto Machado e. Atuação do BNDES no sistema brasileiro de inovação. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. **Inovação no Brasil**: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.

SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. Compras públicas e inovação: notas iniciais sobre a experiência da União Europeia. **Radar** nº 42. Brasília: Ipea, dezembro de 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari. ROSILHO, André. Direito e Políticas Públicas: dois mundos? In: _____. **Direito da regulação e políticas públicas**. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. CAMPOS, Rodrigo Pinto de. Incentivo à inovação tecnológica nas contratações governamentais: um panorama realista quanto à segurança jurídica. **Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**. Belo Horizonte, ano 5. nº 60, dez. 2006.

_____. CÂMARA, Jacintho Arruda; MONTEIRO, Vera. Questões de direito público na Lei de Inovação. **Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos**. Curitiba: Zênite, n. 283, p. 865-876, set. 2017.

_____. ROSILHO, André (org.). **Direito da regulação e políticas públicas**. São Paulo: Malheiros, 2014.

TAVARES, André Ramos. Estatuto Constitucional da Ciência e Tecnologia. In: **Seminário Inovação Tecnológica e Segurança Jurídica**: contribuições ao debate. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

TEIXEIRA, Raphael Lobato Collet Janny. Os impactos da Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004 sobre as cláusulas de propriedade intelectual nos contratos e parcerias celebrados entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT. In: BARBOSA, Denis Borges. **Direito da Inovação**: comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, legislação estadual e local, poder de compra do Estado (modificações à lei de licitações), 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 516-534.

VALE, Horácio. **Princípios jurídicos da inovação tecnológica**: aspectos constitucionais, administrativos, tributários e processuais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

VALIM, Rafael. **A subvenção no direito administrativo brasileiro**. São Paulo: contracorrente, 2015.

VIEGAS, Juliana L. B. Aspectos legais de contratação na área de propriedade industrial. In: SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro. **Contratos de Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 3-53.

_____. Contratos de fornecimento de tecnologia e de prestação de serviços e assistência técnica e serviços técnicos. In: SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro. **Contratos de Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2007

_____. Contratos de Pesquisa e Contratos de Franquia. In: SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro. **Contratos de Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 201-270.

_____. Contratos típicos de propriedade industrial: contratos de cessão e de licenciamento de marcas e patentes; licenças compulsórias. In: SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro. **Contratos de Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 57-142.

VIEIRA, André Luís. Inovação tecnológica e contratação pública: uma análise do setor de defesa brasileiro. **Revista de Contratos Públicos – RCP**. Belo Horizonte, ano 4, n. 7, p. 33-61, mar./ago. 2015.

WEISZ, Joel. **Mecanismos de apoio à inovação tecnológica**. 3. ed. Brasília: SENAI/DN, 2006

ZAGO, Marina Fontão. **Poder de compra estatal para a implementação de políticas públicas**: o uso derivado da contratação pública. 2017. 390p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.